

UMA ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2012 A 2021

Autor¹- Stallony Gabriel da Silva Andrade

Orientador²- Prof. Dr. Romilson Marques Cabral

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021. Para isso buscou-se a) analisar o desenvolvimento dos principais índices de criminalidade do período de 2012 a 2021; b) comparar o orçamento da Segurança Pública com o Orçamento Geral do estado de Pernambuco durante o período citado; e c) relacionar os dados estatísticos dos índices de criminalidade com as despesas realizadas na Segurança Pública no mesmo período. Assim, foram inseridos fundamentos que representassem influência no estudo como políticas públicas e o seu contexto com segurança pública, bem como foi constituído o programa de segurança pública em Pernambuco. O estudo teve uma abordagem qualitativa com suporte quantitativo com objetivo de caráter descritivo tendo as fontes obtidas através de pesquisa documental. Os resultados encontrados apresentaram nos primeiros cinco anos indicadores de criminalidade apresentando um crescimento tendo ápice em 2017. Nos anos seguintes houve uma diminuição gradativa e os orçamentos destinados acompanharam essas variações. No caso dos crimes violentos letais intencionais o que mais destacam são os crimes de homicídio que teve um crescimento maior que 60% no ano de 2017, por outro lado o crime de lesão corporal seguida de morte teve uma redução de quase 80% no ano de 2021. Os crimes violentos contra o patrimônio os destaques foram para o crime de roubo de veículo entre os anos de 2016 e 2018. Os números de ocorrências dessa natureza ultrapassaram o dobro quando comparado ao ano inicial da pesquisa. Contudo, o crime de roubo em residência teve seu menor índice no ano de 2020. Nas ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher houve uma elevação do patamar a partir do ano de 2018 permanecendo até o ano limite da pesquisa.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Política de Segurança Pública, Segurança Pública em Pernambuco.

¹Concluinte do Curso de Bacharelado em Administração. UFRPE. E-mail: stallonygsa@gmail.com

²Professor Orientador do Departamento de Administração da UFRPE. E-mail: romilson.cabral@ufrpe.br

1. INTRODUÇÃO

A violência é algo presente em nossa sociedade tendo influência sobre as decisões tomadas no cotidiano e por muitas vezes nos sentimentos de uma população. O Brasil é um país que a violência se faz presente de forma notável pelos noticiários ou pelo dia a dia em contato com meio social. Na sociedade brasileira, o temor pela violência aterroriza todos os habitantes dos estados do país, inclusive Pernambuco, sendo o medo é um fator presente na população brasileira. Nesse sentido, quase 50% da população temem ser assassinadas e de 30% a 40% temem sofrer alguma forma de agressão. (MENDES; SILVA; FILHO, 2017).

No enfrentamento da violência e a criminalidade o Estado tem o papel fundamental de assegurar o bem estar da população, que através de seus governos devem promover políticas públicas eficientes. No estado de Pernambuco em 2007 foi criado o Pacto Pela Vida, programa responsável por promover ações de segurança pública, sendo esse administrado pela Secretaria de Defesa Social.

Com a ocorrência de fatos preocupantes que diminuem a qualidade de vida de nossa sociedade, é preciso que a população fiscalize o desempenho das ações realizadas, bem como verificar o empenho do Estado a destinar recursos para promoção de suas diretrizes, visto que para Schull, Feitosa e Hein (2014) prestar serviço público de qualidade requer da administração pública atenção as suas receitas para que possa se organizar quando for custear as despesas públicas. Para Ferrer (2018) a atitude de promover inovações tecnológicas e principalmente eletrônicas na gestão pública faz com que as atividades desenvolvidas pelo estado possam diminuir gastos desnecessários garantindo o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e serviços de qualidade.

Esses aspectos relacionados à questão da violência e criminalidade no estado de Pernambuco mostram muitos elementos que podem influenciar na vida da população e esta tem o direito e o dever de averiguar e cobrar as realizações do Estado. Para oferecer suporte a esse entendimento, este artigo tem como objetivo analisar o desempenho do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021, para isso buscou-se a) Analisar o desenvolvimento dos principais índices de criminalidade do período de 2012 a 2021; b) Comparar o orçamento da Segurança Pública com o Orçamento Geral do estado de Pernambuco durante o período de 2012 a 2021; e c) Relacionar os dados estatísticos dos índices de criminalidade com as despesas realizadas na Segurança Pública ano a ano no período citado anteriormente.

A realização desse estudo tem a importância de trazer uma temática que está presente no cotidiano da sociedade brasileira. O propósito é trazer a discussão a evolução da aplicação de recursos públicos e seus possíveis efeitos para o desenvolvimento da violência e da criminalidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo buscou apresentar os três principais temas que envolvem o desempenho de um Plano de Segurança Pública. Em primeiro plano, a política pública. Em seguida, a política de segurança pública em âmbito nacional e, por fim, são apresentadas as principais características do Pacto Pela Vida (PPV), política pública de segurança implantada no estado de Pernambuco em 2007.

2.1 Políticas Públicas

A política pública pode ser descrita como um termo utilizado com intuito de proferir as estratégias administrativas de um determinado governo. Contudo, nesse termo está inserido um conjunto de conceitos fundamentais que influenciam em seu significado. Conceitos como política, Estado, ideia de público e o bem comum promovem a amplitude de entendimento dessa relação do Estado com a Sociedade o que demonstra as diversas nuances que as políticas públicas podem representar para os grupos internos e externos as atividades do governo. (DIAS; MATOS, 2012).

A política em si é um conceito amplo que em síntese está relacionado ao poder . “A política, assim, inclui diferentes significados , mas todos de algum modo relacionados com posse, manutenção ou distribuição do poder .” (DIAS; MATOS, 2012, p. 3). O poder no sentido que está sendo representado é mostrado pela capacidade de interferir no comportamento das pessoas, ou seja, um grupo tem habilidade de conseguir que outros indivíduos realizem as ações propostas pelo grupo. Para Secchi, Coelho e Pires (2019) essa concepção de entendimento da política, relacionada ao poder, pode ser o conceito que mais esteja presente no imaginário da nossa sociedade, visto que a ideia de esforço faz com que as pessoas percebam a política como algo associado à competição por poder que é a política exercida nessa função.

A política sempre esteve na centralidade dos problemas mundiais, visto que está atrelada a todos os elementos relacionados à vida humana, e esse fato tem uma consequência que está relacionada ao entendimento das pessoas acerca da função do Estado. (DIAS; MATOS, 2012).

O Estado como é entendido hoje constitui-se de uma forma institucional primordial para ordem política, jurídica e administrativa de um país. O Estado é uma entidade em que a vontade é materializada numa composição de estruturas que instituem a conduta social de um povo através de ordenamento jurídico, as leis em sentido amplo. A existência da política produziu um efeito natural que é o surgimento do Estado, “O Estado é um fenômeno político” (DIAS; MATOS, 2012, p. 4).

O Estado representa todas as pessoas e instituições dentro de uma sociedade que está compreendida em uma área. Por outro lado, Nascimento (2020) entende que o Estado atua como agente regulador, uma vez que exerce funções de fiscalização e regulação que é fortalecido pela adoção do modelo gerencial na administração pública, o que concede ao Estado o poder de escolha de uma possível implementação de política pública.

Para Gonçalves *et al.* (2017) o conceito de Política Pública remete a interdisciplinariedade na visão contemporânea, pois a complexidade que está relacionada às políticas públicas torna-se evidente quando ocorre interferências de outras áreas do conhecimento como ciência política, economia e sociologia acerca da aceitação de uma ação do governo, ou seja, a política pública precisa de uma aceitação popular para garantir sua implementação. O bem-estar social precisa fazer parte das variáveis que o Estado deve observar de perto, uma vez que alguns agentes podem produzir conhecimentos distintos a respeito de uma mesma aplicação de recursos públicos. Desta forma, a Administração Pública deve buscar defender os interesses daquilo que é público em relação ao que é privado, isto é, a representação do interesse público.

Diante disso, muitos entendimentos do que é política pública trazem várias interpretações. A “política pública depende fundamentalmente do fato de ser executado pelo governo, aqui entendido como corpo político responsável pela trajetória de determinado Estado.” (MENDES; SILVA; FILHO, 2017, p. 15). Nesse sentido, as ações do governo são tratadas como a centralidade do conceito de políticas públicas, pois as diretrizes adotadas pelo governo representarão as consequências de seus atos ao longo do tempo, o que produz um sentido para a política pública que foi estabelecida anteriormente.

Esse entendimento de que a interpretação pode ser das mais diversas, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.” (SECCHI, COELHO;

PIRES, 2019, p. 2). Nesse sentido, os autores entendem a elaboração de um plano com normas deve ser estabelecido para formar uma alternativa a combater um problema de natureza pública. Para Maximiano e Nohara (2017), existem diversas maneiras de definir Políticas Públicas, no entanto existem 3 (três) frentes de entendimento que mais são recorrentes em suas definições, os focos das definições são o papel dos agentes públicos, o protagonismo social e a colaboração entre o poder estatal e sociedade.

Então, o processo de ser efetivada uma política pública passa por etapas interesses do ponto de vista administrativo em que é o planejamento deve ser firme ao modo de condução que se dar através das políticas públicas, pois deve ser elaborado e coordenado para atender os interesses da sociedade para atingir os seus objetivos da melhor forma possível, como afirmado por Dias e Simões (2013).

A gestão de políticas públicas utiliza-se de variados elementos do planejamento, isto é, a política pública está inserida no âmbito do planejamento governamental. O que em termos de qualidade é garantida pelo fato de gerar uma justiça social ao agregar valores de mudanças no relacionamento do Estado com a sociedade. (PEREIRA, 2021).

Dentre os vários tipos de políticas públicas encontra-se uma que tem sido determinante em nosso país, a Política de Segurança Pública. Em termos nacionais existe uma ausência de boas propostas de políticas públicas que garantam um resultado satisfatório como um todo, “o mais grave nessa ausência é o fato de a Segurança Pública ser uma das áreas que menos se desenvolveram durante a democratização brasileira.” (MENDES; SILVA; FILHO, 2017, p. 283). A Segurança pública é uma área de suma importância e que muitas vezes precisa de uma visão mais singular em conjunto com uma boa equipe de gestão e investimentos para produzir bons resultados, numa análise proposta por Freitas *et al.* (2020).

2.2 Política de Segurança Pública

O sistema segurança pública sempre esteve no centro das agendas políticas dos governos, pois no mundo, por exemplo, na Europa existe uma preocupação com as formas em que a violência está se estabelecendo naquele lugar. No entanto, no Brasil não existe um reflexo dessas atitudes. (MENDES; SILVA; FILHO, 2017). Para o entendimento de como é organizado e a função de um sistema de segurança pública é necessário compreender alguns conceitos iniciais como sistema, ordem pública e de fato a própria segurança pública.

Um sistema é representado por elementos que possuem uma relação entre si, apresentando-se interconectados que possam desempenhar harmonicamente uma atividade na

finalidade de atingir um determinado objetivo. (CHIAVENATO, 2021). Além disso, num sistema todas as partes que integram o todo são importantes, ou seja, cada elemento que está associado a um sistema desempenha uma função específica que é integrada ao processo para realizar uma finalidade. Essa integração é algo que embasa o nível de sinergia dos elementos do sistema, “a sinergia é o esforço simultâneo de vários órgãos que produz um resultado ampliado e potenciado” (CHIAVENATO, 2021, p. 37). Com isso, mostra que todas as partes devem fazer a sua função para que a finalidade possa ser cumprida com eficiência.

Outro conceito relevante para o entendimento do sistema de segurança pública brasileiro é o de ordem pública. Ao longo dos anos em nossa história recente esse termo foi sendo modificado e interpretado de várias formas, “sintetizar um tal conceito para a ordem pública, sua evolução histórica sempre foi conturbada, propícia a desvirtuamentos de toda ordem.”(CARVALHO, 2014, p. 142), o autor ainda complementa ao afirmar que concepção democrática consiste em limitar a ampliação do conceito, isto é, com respeito ao entendimento da constituição. Contudo, a compreensão de ordem pública em sentido contido na ordem interna pode ser considerada como “conjunto de normas que regem a sociedade visando o bem-estar social” (FILOCRE, 2017, p. 57). O termo ordem pública está diretamente relacionado com a paz social, o respeito ao ordenamento jurídico e o cumprimento das leis.

Desta forma, a Segurança Pública é a ação do Estado em preservar a ordem pública, de forma mais direta, entretanto seu entendimento é amplo, pois existem algumas temáticas de estudo da Segurança Pública que facilitam seu entendimento. Em suma a Segurança Pública representa os órgãos que conduzem os conjuntos das atividades de Segurança Pública, a proteção estatal garantindo a sensação de segurança da coletividade e conservando a ordem. (FILOCRE, 2017). Nesse sentido, a segurança pública pode ser entendida como um sistema complexo que envolve algumas organizações com o objetivo de garantir a preservação da ordem pública e integridade das pessoas e de seus bens.

Em vista disso, a criminalidade em um Estado atinge vários setores sociais causando no âmbito do Governo um efeito, pois este terá que alinhar suas ações de políticas públicas no sentido de combater esse desvio social por parte de alguns, esses problemas geram consequências drásticas causando insegurança na população, como afirma Freitas *et al.* (2020), que ao passar do tempo parece que os casos de violência tornam-se rotineiros para população o que mostra o afastamento da priorização da vida.

Para Spanhol, Lunardi e Souza (2016), a criminalidade e a violência têm aterrorizado a sociedade brasileira que acompanha as altas taxas de impunidade e ausência de respostas efetivas das polícias e da Justiça. Trata-se de um problema social que está relacionado com a

justiça criminal em não implementar políticas públicas eficientes, bem como o Estado que necessita ajustar suas políticas de segurança pública podendo diminuir os crimes e insegurança no meio social.

A título de exemplo, no ano de 2015 foram registrados quase 59 mil homicídios tornando o Brasil um dos 5 (cinco) países mais violentos do mundo em termos absolutos (Mendes; Silva; Filho, 2017). Essa referência torna-se relevante porque: “A estatística de homicídio é o principal indicador de criminalidade utilizado no mundo.” (SPANHOL; LUNARDI; SOUZA, 2016, p. 36). Essa violência crescente no país faz com que a sociedade se assuste pelos números dos eventos que acontecem ano após ano, sendo o homicídio a maior causa de morte no país. “Dados indicam que nosso país representa 10% dos casos mundiais de homicídios.” (SPANHOL; LUNARDI; SOUZA, 2016, p. 35).

Para Freitas *et al.* (2020), a realidade que se apresenta faz com que a população, ao menos a parcela mais esclarecida, exerça uma ação de maior cobrança na aplicação dos recursos públicos, ou seja, o desconforto causado pela violência provocou na sociedade a necessidade de verificar as ações no âmbito da segurança pública, tanto como a forma ostensiva quanto das políticas públicas que estão sendo adotadas.

Do ponto de vista da regionalidade, quanto a ocorrência de crimes os estados das regiões Norte e Nordeste são os locais em que as taxas de criminalidade crescem intensamente, sendo que são nas áreas de infraestrutura e políticas de proteção social os maiores investimentos federais nos últimos anos. (MENDES; SILVA; FILHO, 2017).

Em particular, o estado de Pernambuco tem buscado reduzir a criminalidade, como resultado houve uma retração nos números de homicídios do período entre 2007 a 2013. O sucesso dessa redução pode ser atribuído ao Programa Pacto Pela Vida (PPV) a partir do ano de 2007. Contudo, no ano de 2014 as mortes violentas tiveram um aumento significativo e apenas no ano de 2018 teve uma baixa desses crimes. (RAMOS e GALINDO, 2022).

2.3 O Plano Estadual de Segurança Pública em Pernambuco

O Estado de Pernambuco em toda sua recente história ainda não tinha inserido uma política de segurança pública voltada a um modelo de gestão por resultados, o Pacto Pela Vida, foi o primeiro formato com essa característica. Esse modelo de Governança tem como objetivo: “fortalecer as capacidades institucionais do Estado para a formulação e implementação de suas políticas públicas” (INSTITUTO PUBLIX, 2014, p. 5) Assim, a

Administração Pública exerceria maior controle dos processos realizados por suas instituições. Na primeira década do Século XXI, período em que os estados da região Nordeste tiveram grandes avanços em termos de renda *per capita*, ocorreu uma ação contrária a esse movimento no âmbito da segurança pública levando ao crescimento de mortes violentas.

Desta forma, foi elaborado o programa: Pacto Pela Vida (PPV) tornando-se a política de segurança pública desde o ano de 2007. O objetivo geral é combater a violência no Estado de Pernambuco. Para a sua implementação, nos meses de março e abril de 2007 foram realizadas reuniões do Fórum Estadual de Segurança Pública com a participação vários setores do meio social como representantes do Governo, da Sociedade Civil, da academia, entre outros atores para discutir a temática da violência no estado, como afirma o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE, 2007, p.13). Desta forma, o PESP-PE foi firmado em um documento escrito em maio daquele ano naquilo que representaria a atuação do Pacto Pela Vida em meio a sociedade pernambucana.

Para assegurar, portanto, um efetivo combate à violência durante as reuniões realizadas foram propostos os valores do PPV estão relacionados com ações de curto, médio e longo prazo, segundo PESP-PE (2007), são eles, a) articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos; b) compatibilização entre a dimensão repressiva e preventiva; c) transversalidade e integralidade das ações de segurança pública; d) incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação; e) participação e Controle social desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública.

Ademais, foram definidas as linhas de atuação que seriam as diretrizes para estratégias que seriam desenvolvidas para reduzir a criminalidade, como foi disposto pelo (PESP-PE, 2007, p.14), são elas, a) repressão qualificada; b) aperfeiçoamento institucional; c) informação e gestão do conhecimento; d) formação e capacitação; e) prevenção social do crime e da violência; f) gestão democrática.

Os principais indicadores promovidos pelo Pacto Pela são o de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nele estão inseridos crimes como homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, entre outros e o Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) crimes relacionados a esse indicador são os roubos, extorsão mediante sequestro, roubo com reféns, entre outros. Os dois estão relacionados aos indicadores de resultados. “Sugere-se que não se tenha um número muito extenso de indicadores, pois isso poderia inviabilizar o seu monitoramento periódico.” (INSTITUTO PUBLIX, 2014, p. 25). Ao longo dos anos de

criação do PPV, as câmaras técnicas abordavam temas de prioridades para sociedade como o enfrentamento a violência de gênero contra mulher (INSTITUTO PUBLIX, 2014), por isso foi estabelecido o indicador de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher contendo todos os crimes que trazem os danos materiais, físicos e psicológicos. Para efeito da melhor compreensão do texto apresenta-se a seguir, o Quadro 01 que apresenta os indicadores e seus correspondentes delitos.

Quadro 01 – Indicadores e principais crimes.

Indicadores	Alguns crimes
CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais)	- Homicídio - Latrocínio - Lesão corporal seguida de morte
CVP (Crimes Violentos contra o Patrimônio)	- Roubo a transeunte - Roubo de veículo - Roubo em residência
Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	- Ameaça por violência doméstica - Lesão corporal por violência doméstica - Estupro

Elaborado pelo autor com base no site da SDS-PE

Todas as informações do Quadro 01 foram obtidas pelo acesso ao site pertencente a SDS de Pernambuco no item que constam os Anuários da Criminalidade através do endereço (<https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/anuario-da-criminalidade>) e no item que consta o indicador de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher através do endereço (<https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/anuario-da-criminalidade/40-estatisticas/178-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>) acessados em 30 de abril de 2023.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização dos métodos

O presente estudo é de natureza empírico-teórica e foi desenvolvido através de uma abordagem de pesquisa qualitativa com suporte quantitativo. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como “qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através

de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 23). Na pesquisa qualitativa o que é procurado se trata de interpretar as situações, relacionar os dados produzindo algum significado, descobrir conceitos e organizar esses elementos de modo que possa ser explicado, diante disso tem um caráter que em sua essência é interpretativo pelo modo de tentar interpretar os significados que estão inseridos nos contextos (DENZIN; LINCOLN, 2018). Assim, a pesquisa qualitativa ressalta as qualidades envolvidas nos processos buscando compreender através de questionamentos e respostas do meio em que a pesquisa se relaciona com o objetivo de entender a realidade. (GIL, 2021, p. 15).

Por outro lado, Goldenberg (2015, p. 67) afirma que os métodos quantitativos “simplificam a vida social limitando-a aos fenômenos que podem ser enunciados”, acrescentando que “as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão do significado em troca do rigor matemático”. Nesse sentido, a análise quantitativa está relacionada com as informações que contêm números, “o enfoque quantitativo vale-se do levantamento de dados para provar hipóteses baseadas na medida numérica, bem como da análise estatística para estabelecer padrões de comportamento.” (MARCONI; LAKATOS, 2022, p. 327).

A combinação dessas duas abordagens metodológicas, quantitativa e qualitativa, conhecida como método misto produz uma análise que superam as restrições delas compensando os pontos fracos pelos pontos fortes do método misto ajudando a produzir múltiplas visões sobre o que foi analisado (CRESWELL; CLARK, 2013). “À compreensão da magnitude dos fenômenos e processos sociais” (MINAYO, 2014, p. 361). Para a autora, o que acontece com esse método é o fato de poder relacionar a objetividade em paralelo com a subjetividade, não apenas permitindo análise, bem como autoavaliação. Deste modo, o pesquisador pode utilizar essa forma de interpretação “no desenvolvimento da investigação, compreender os dados qualitativos e quantitativos e proceder às mudanças necessárias.” (MARCONI; LAKATOS, 2022, p. 344).

O objetivo desta pesquisa é de caráter descritivo tendo como objetivo central “a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2022, p. 42). Assim, a pesquisa retrata as informações produzidas pelos dados coletados tendo em vista de relatar possíveis associações entre eles. Para Marconi e Lakatos (2022) as pesquisas descritivas podem estar relacionadas com o nível de criminalidade de determinada região, com o atendimento dos serviços públicos de saúde, segurança, direitos humanos, entre outros.

O período determinado pela pesquisa situa-se entre os anos de 2012 e 2021. O intuito dessa escolha do período foi de verificar o andamento da política nos últimos dez anos dada a possibilidade de variação de diferentes governos e períodos de crises econômicas e a ocorrência da Pandemia neste final de intervalo.

O levantamento dos dados foi efetuado através de pesquisa documental. Todos os documentos analisados estão disponíveis nos sites da Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco e do Governo do estado de Pernambuco. Realizou-se uma análise ano a ano comparando o ano referente com o ano anterior. Segundo Gil, “a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.” (GIL, 2022, p. 45).

Os dados relacionados aos indicadores de criminalidade foram extraídos do documento denominado Anuário da Criminalidade, referente aos anos determinados pelo período da pesquisa. Fontes de dados vide o Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Anuário de Criminalidade 2012 a 2021 e links correspondentes.

Ano	Documento	Link
2012	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2013	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2014	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2015	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2016	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2017	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2018	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2019	Anuário da Criminalidade	Indisponível
2020	Anuário da Criminalidade	Visualizar
2021	Anuário da Criminalidade	Visualizar

Elaborado pelo autor

No que se refere ao ano de 2019, os dados desse ano serão coletados do anuário da criminalidade de 2020, visto que este documento apresenta um comparativo dos dados atuais do documento com os do ano anterior a ele. Então, os dados sobre os índices de criminalidade no ano de 2019 estão presentes no documento do ano de 2020.

Todos os links foram acessados no site pertencente a SDS de Pernambuco no item que constam os Anuários da Criminalidade através dos endereços (<https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/anuario-da-criminalidade>) e (https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/violecia-domestica/VIOL%C3%80NCIA_ANUAL.pdf) acessados em 15 de fevereiro de 2023.

3.2 Descrição da pesquisa

O objetivo desse estudo foi analisar o desempenho do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021. Além disso, a pesquisa também visa a) Analisar o desenvolvimento dos principais índices de criminalidade do período de 2012 a 2021; b) Comparar o orçamento da Segurança Pública com o Orçamento Geral do estado de Pernambuco durante o período de 2012 a 2021; e c) Relacionar os dados estatísticos dos índices de criminalidade com as despesas realizada na Segurança Pública ano a ano no período citado anteriormente.

3.3 Coleta de dados

Os dados coletados foram de todo o Estado de Pernambuco. Foi considerado o levantamento anual no período mencionado. Na pesquisa foram observados os seguintes indicadores de criminalidade, Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Os indicadores de resultados CVLI e CVP contêm um conjunto de vários crimes foram analisados os 3 (três) principais crimes de cada um deles. Para o CVLI foram considerados, os seguintes: *o homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte*. A partir do ano de 2020 o anuário contempla nesse indicador dados referentes a *feminicídios*. Ademais, para o CVP foram considerados, os seguintes tipos: *roubo a transeunte, roubo de veículo e roubo em residência*. Os crimes relacionados à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foram considerados os crimes em sua totalidade que estejam relacionados com a mulher.

Os dados do orçamento que foram utilizados na pesquisa são: o Orçamento Geral do Estado de Pernambuco e o Orçamento da SDS. Esses dados foram coletados ano a ano do período estabelecido, através da Lei Orçamentária Anual (LOA) através do link (<http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/lei-orcamentaria-anual-loa>) que contêm todas as LOAs e do site do Portal da Transparência de Pernambuco através dos Links (<http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/despesas-programatica/>) e (<http://web.transparencia.pe.gov.br/despesas/despesa-geral/>) acessados em 16 de fevereiro de 2023. Esses links são ferramentas que produzem resultados diretos a respeito dos dados orçamentários do estado.

Para efeito de resumo e visualização dos indicadores de criminalidade ano a ano foi elaborada uma tabela, Vide Apêndice A. Nessa mesma tabela constam os dados que

constituem o Orçamento Geral do Estado de Pernambuco e o Orçamento destinado a SDS do período de 2012 a 2021. Para efeito de comparação foi utilizado Índices de *base 100 sendo considerado este o ano inicial da pesquisa, 2012, como referência*. Os valores correspondentes aos orçamentos são nominais e as despesas liquidadas, isto é, valor que corresponde ao reconhecimento da despesa. Observe-se que em que pesem serem os valores dos orçamentos anuais, nominais, há de considerar o fato de os Orçamentos ao serem projetados utiliza-se em seus cálculos, a inflação projetada para o ano seguinte tendo por referência o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

3.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados através dos documentos citados na coleta observando aspectos de interesse aos objetivos da pesquisa. Além disso, foram analisados quadros, gráficos e tabelas dos documentos relacionados à pesquisa. Em primeiro plano os dados foram analisados ano a ano referentes aos indicadores de criminalidade. Em seguida foram analisados as evoluções dos números relativos ao orçamento do estado em comparação com o orçamento referente a segurança pública. Por conseguinte foi realizada uma análise comparando a evolução dos dados de criminalidade com os dados de orçamento do estado.

Foram analisados dados conforme os indicativos nos gráficos de Índice 100 que correspondem aos quantitativos do ano base de 2012, ano inicial da pesquisa. Além disso, foi utilizada a Tabela 01 que está presente no Apêndice A sendo uma tabela que contém os dados quantitativos dos números correspondentes aos indicadores e crimes de cada ano relativo ao período da pesquisa.

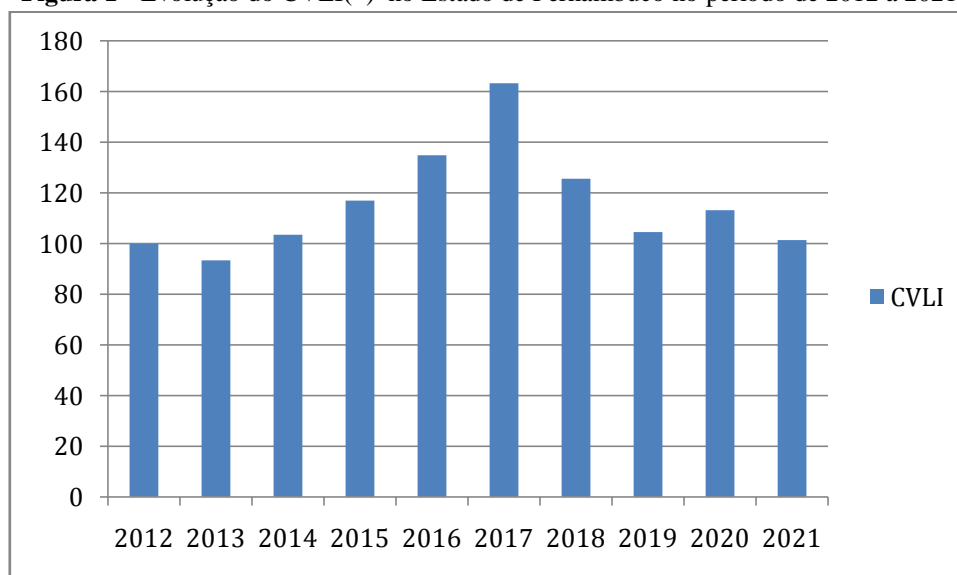
4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo destina-se a tratar dos resultados obtidos de acordo com os objetivos específicos estabelecidos. Desta maneira, foi dividida em 3 (três) seções em que a primeira se refere ao objetivo específico a) Analisar o desenvolvimento dos principais índices de criminalidade do período de 2012 a 2021; a segunda seção refere-se ao objetivo específico b) Comparar o orçamento da Segurança Pública com o Orçamento Geral do estado de Pernambuco durante o período de 2012 a 2021; e por fim, a última seção destina-se ao

objetivo específico c) Relacionar os dados estatísticos dos índices de criminalidade com as despesas realizadas na Segurança Pública ano a ano no período citado anteriormente.

4.1 O desenvolvimento dos principais índices de criminalidade do período de 2012 a 2021.

Figura 1 - Evolução do CVLI(*) no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

(*) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

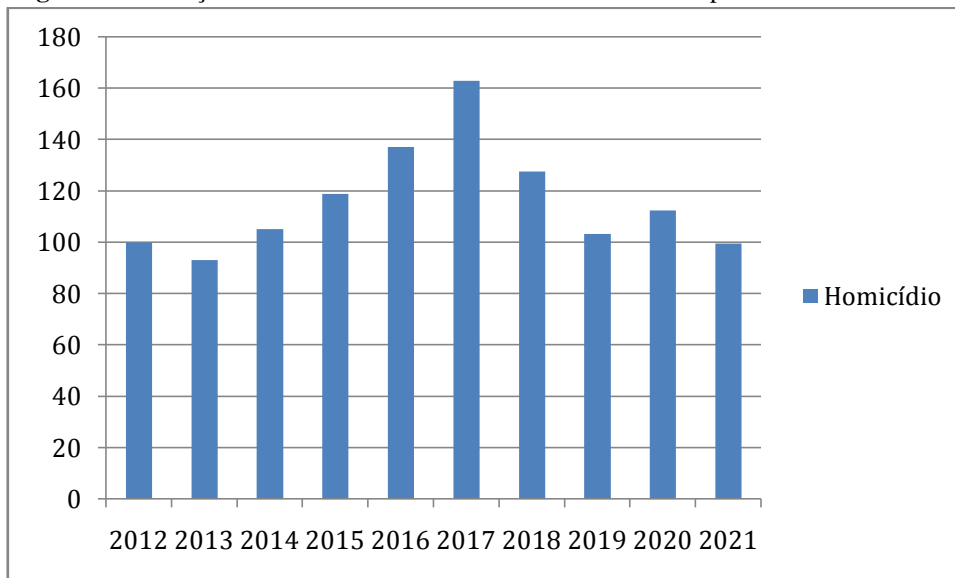
A Figura 1 expressa os resultados obtidos dos dados referentes aos crimes incluídos no indicador de CVLI. Observa-se uma tendência decrescente das ocorrências entre 2012 e 2013 o que representa uma redução de quase 7% no período. A partir de 2014 visualiza-se um crescimento constante até atingir o ápice em 2017. Naquele ano o número de mortes violentas atingiu a 5426 indivíduos o que representa um aumento de 63,38% tendo como referência do ano de 2012.

Segundo o Atlas da Violência (2020) esse aumento nos anos de 2016 e 2017 foram frutos da maior intensidade da guerra entre grandes facções criminosas que influenciaram no aumento das mortes em vários estados do país inclusive Pernambuco. Já entre os anos de 2018 a 2019 houve uma redução expressiva comparada ao ápice (2017) . Segundo a SDS essa substancial redução deve-se ao efeito do processo de interiorização da polícia e da contratação de integrantes das forças de segurança. Contudo, no ano seguinte (2020) a violência, medida

por aquele indicador voltou a crescer para logo em seguida se reduzir, mostrando uma oscilação das ocorrências.

Apresenta-se doravante os diferentes índices que compõem o CVLI. O Primeiro deles se refere as ocorrências de homicídios no Estado.

Figura 2 - Evolução de Homicídio no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

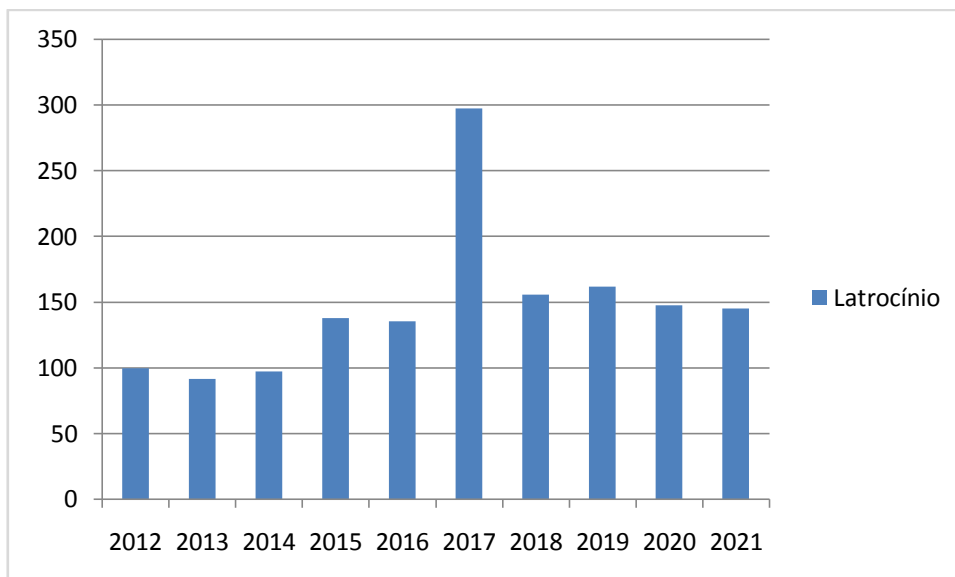


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 2 representa a quantidade de homicídios entre o período analisado, o que não é diferente em muitos aspectos do indicador de CVLI que contém os números de mortes que tem como natureza homicídio. Assim, os números de homicídios tiveram seu ápice em 2017, números que vieram crescendo ano a ano até chegar à marca de 5139 mortes dessa natureza. Nos anos seguintes variou de acordo com o indicador de CVLI, uma vez que houve uma redução entre os anos de 2018 e 2019, aumento em 2020 e logo em seguida uma nova redução.

Figura 3 - Evolução de Latrocínio no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

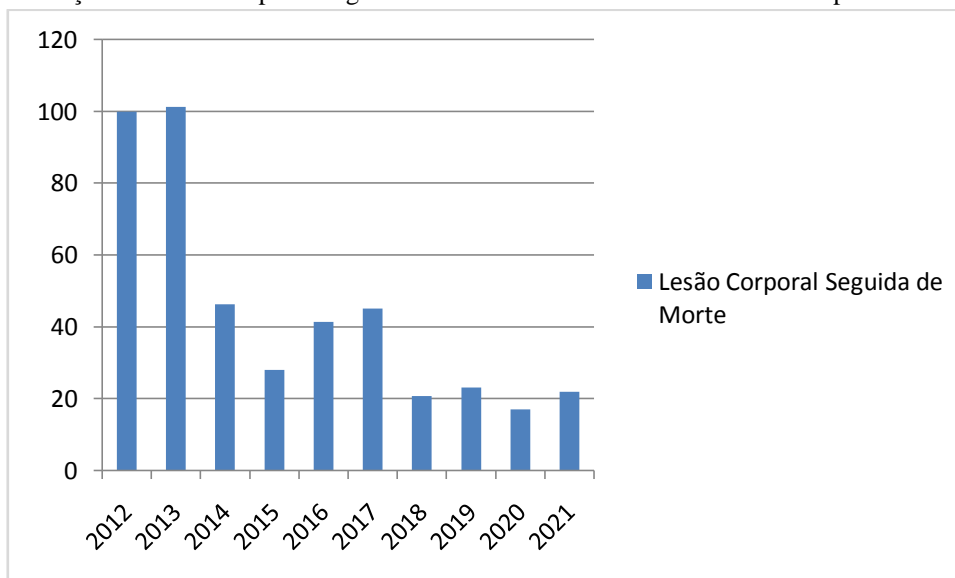


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 3 se refere ao crime de Latrocínio que é o roubo com resultado morte. Nos anos anteriores ao ano de 2017 os números desses crimes estavam muito abaixo quando se faz uma comparação com esse ano em 2012, com 84 crimes dessa natureza. Em 2017 esse número quase triplicou chegando a 250 crimes, representando uma elevação 297,61% em relação aos dois anos anteriores. Uma variação brusca do período. Nos anos seguintes esses números retornaram a diminuir.

Figura 4 - Evolução da Lesão Corporal Seguida de Morte no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

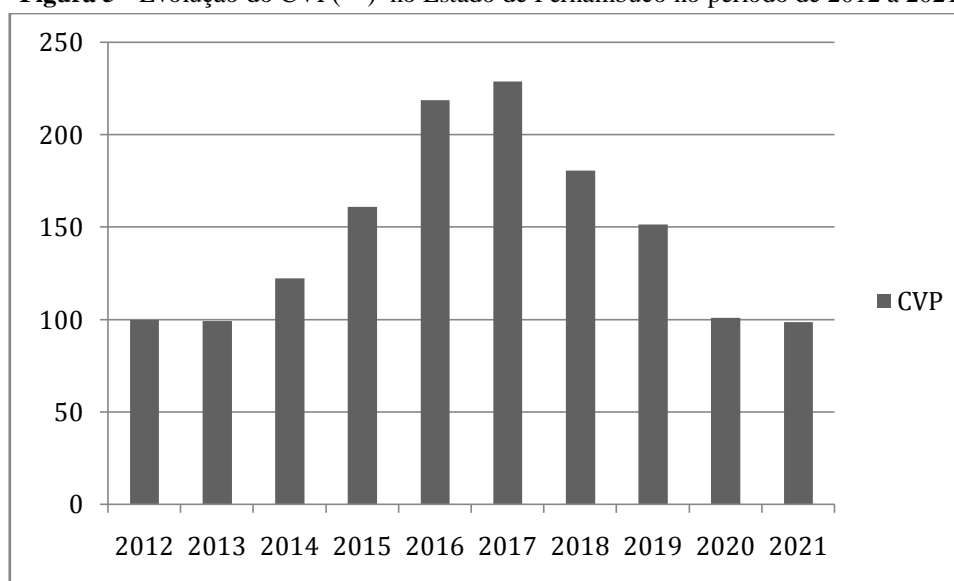


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 4 representa o índice dos crimes de Lesão Corporal Seguida de Morte, mostrando uma pertinente redução a partir do ano de 2014. Em relação deste com o ano anterior o percentual atingiu a quase 60%. Em números absolutos houve uma redução de 83 para 38 crimes. Nos anos seguintes observam-se variações com queda significativa das ocorrências em que pesem oscilações entre os anos analisados. Doravante passa-se a avaliar a evolução do outro macro indicador de criminalidade: o CVP

Figura 5 - Evolução do CVP(**) no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

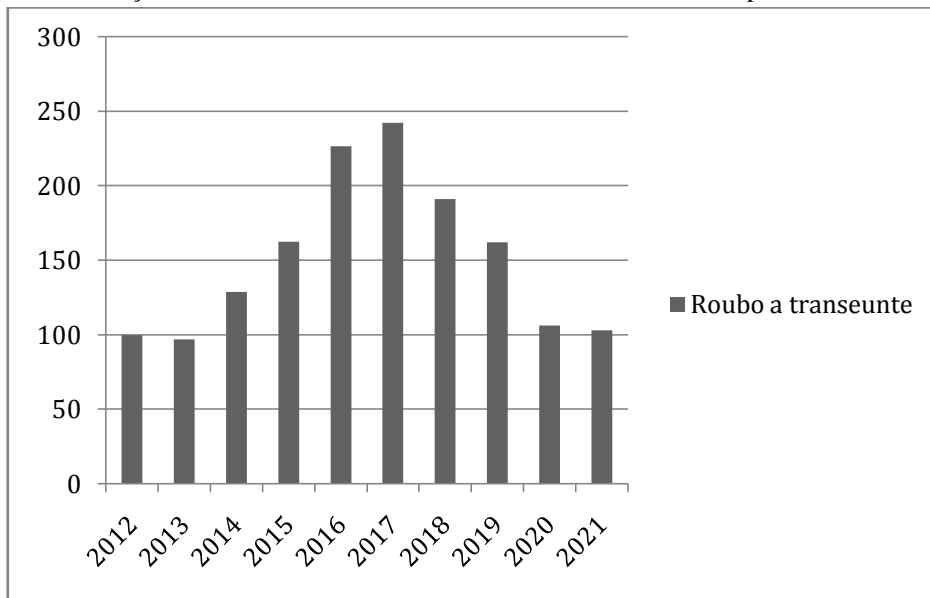
Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

(**) Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)

Da mesma forma que o CVLI, a Figura 5 mostra o indicador de CVP com o ápice em 2017 chegando a ultrapassar o dobro de crimes em 5 anos quando se faz uma comparação com o período de 2012 e 2017, contudo em 2016 se manteve em números próximos de 2017 a diferença é apenas 10% que resulta em 5000 crimes a menos conforme a Tabela 1 que está no Apêndice A. No ano de 2018 há uma pequena queda sendo que no número quantitativo considerável a diferença é em torno de um pouco mais de 15000 crimes. Contudo, foi sendo reduzido a patamares iniciais ao período da pesquisa no ano de 2020, no ano seguinte foi

conseguido o melhor resultado com 51913 crimes de CVP. Para efeito de comparação entre os indicadores que compõem o CVP segue a análise.

Figura 6 - Evolução de Roubo a Transeunte no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

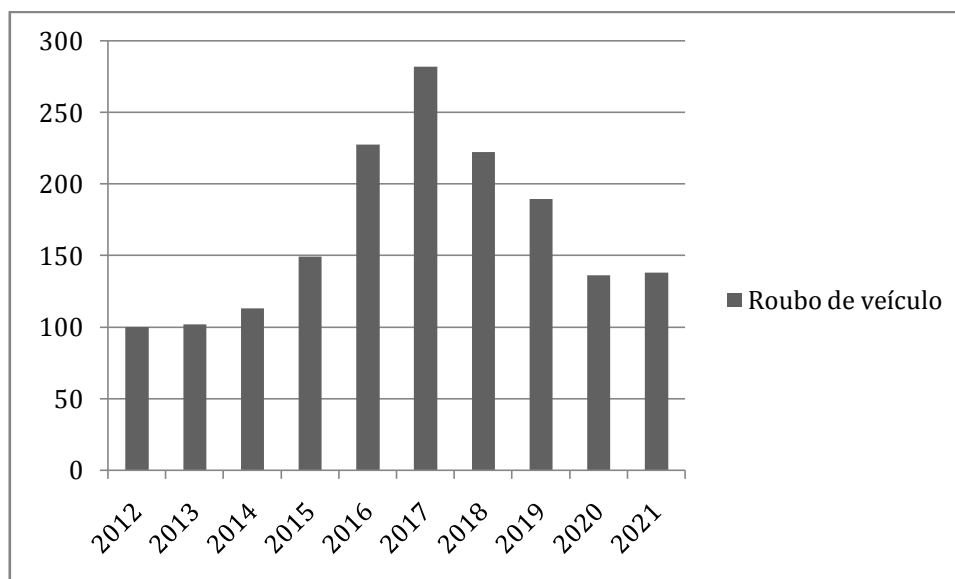


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 6 representa o roubo a transeunte que tem um aumento expressivo entre os anos de 2014 e 2017 e se mantém elevado até o ano de 2019 a partir do qual começa uma tendência de queda. O ano de 2013 foi o ano com menor índice de roubo a transeunte tendo um total de 31585 crimes dessa natureza. Por outro lado, no ano de 2017 se comparado ao de 2012 observa-se uma elevação de quase 150% que representa em termos absolutos a ocorrência de 78939 de crimes.

Figura 7 - Evolução de Roubo de Veículos no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

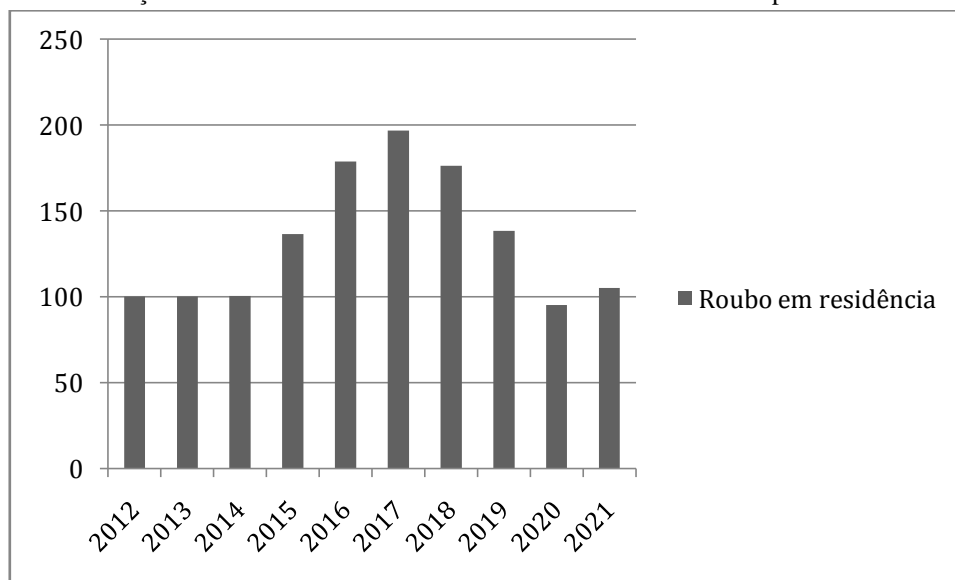


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 7 mostra um crescimento acentuado no período de 2016 a 2018 permanecendo acima do dobro quando comparado com o ano de início da pesquisa, 2012. No ano de 2017, a exemplo dos outros indicadores anteriores analisados, teve seu ápice chegando a marca de 19692 veículos roubados em todo estado de Pernambuco. A partir do ano seguinte (2018) começa a apresentar uma queda nessas ocorrências, muito embora em relação ao ano de 2012 permanecessem bem elevados.

Figura 8 - Evolução de Roubo em Residência no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021

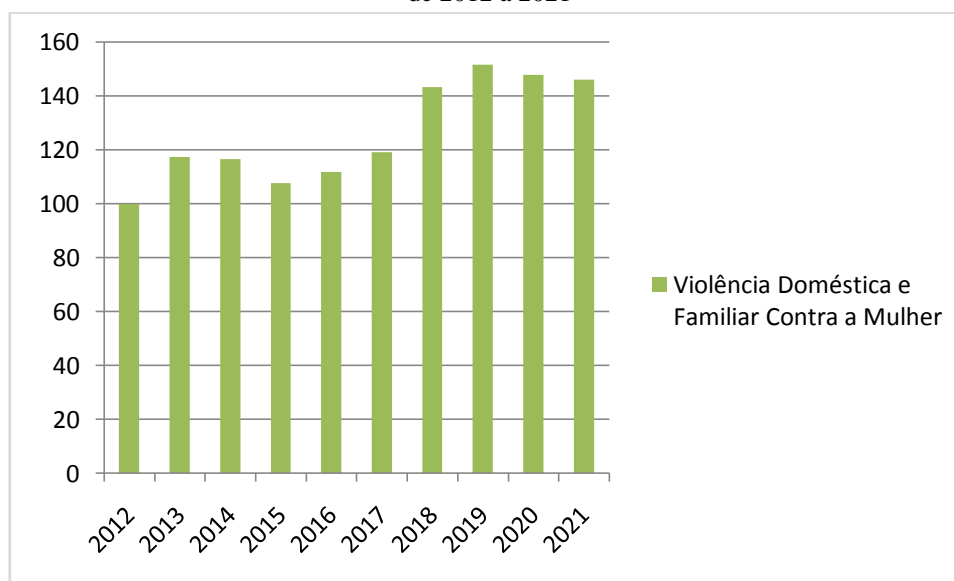


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 8 mostra outra forma de roubo, em residência. Os dados mostram-se, constantes em três anos consecutivos de 2012 a 2014. Atingindo o seu ápice em 2017 alcançando quase o dobro de crimes dessa natureza, mas se mantiveram em patamares altos nos dois anos seguintes, 2018 e 2019 embora tivessem uma certa redução se comparado ao ápice de 2017. Talvez em função da Covid 19, em que as pessoas passaram a permanecer mais tempo em casa, seu menor resultado ocorreu em 2020.

Figura 9 - Evolução da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Obs. : Índice 100 refere-se ao Ano Base de 2012 que corresponde a 3321 crimes. Os anos seguintes foram calculados proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 9 representa a totalidade da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, é mantido uma certa constância com índices próximos no período de 2012 a 2017. Ao contrário dos outros indicadores o ápice para esses crimes ocorre em 2019 com uma escalada alcançando a 42.741 crimes dessa natureza, nos anos seguintes os números ficaram próximos de 42.000 permanecendo elevados. Fontes policiais atribuem essa grande ocorrência, no período citado, ao fato de os casais permanecerem em casa durante a Pandemia fator que elevou a incidência dos conflitos.

Nesta seção foram detalhadas as principais informações acerca dos indicadores de maior destaque no período entre 2012 e 2021. Os indicadores de CVLI e CVP demonstraram

uma certa similaridade em seus resultados tendo como ápice o ano de 2017, ano esse conturbado para segurança pública nacional em que o país sofreu com rebeliões em complexos prisionais, guerra entre grandes facções criminosas em grande maioria dos estados, greve de algumas polícias, tornando-se os primeiros cinco meses de 2017 um dos mais violentos.

O estado de Pernambuco foi um dos que mais sofreu ficando em 4º lugar, em 2016, nos crimes violentos de causa indeterminadas em relação a totalidade de mortes violentas, segundo o Atlas da violência (2018). Com o reflexo desse período caótico o estado de Pernambuco teve um aumento considerável de 70% , quando comparado com o ano de menor índice do período pesquisado. Nesse sentido, cabe destacar a natureza dos crimes de homicídios que representam o aumento sofrido no indicador de CVLI. Além disso, o indicador CVP acompanhou as dificuldades do momento de combate à criminalidade e alavancou de forma brusca tendo como destaques as naturezas de roubo a transeunte, bem como o roubo de veículo que atingiu índices bastante elevados no ano de 2017.

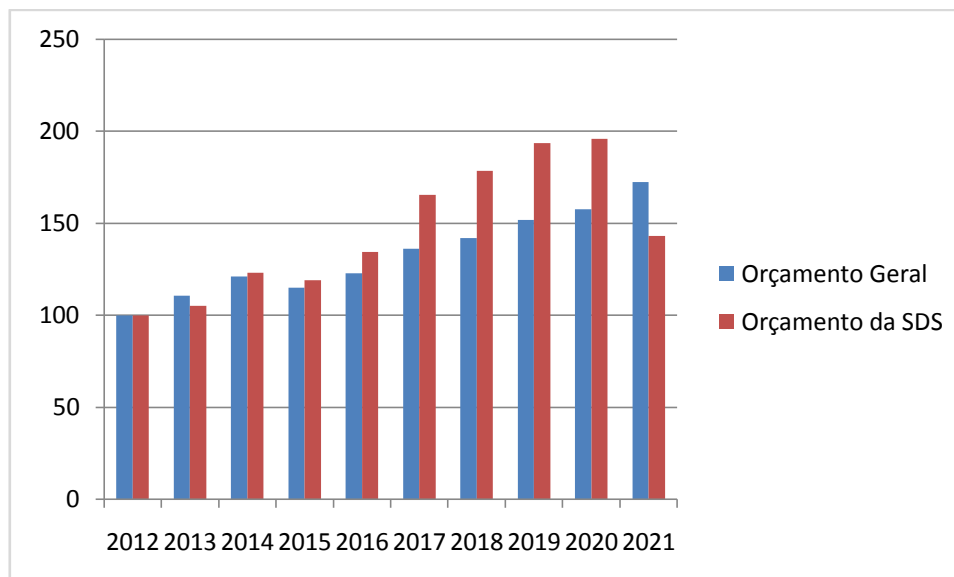
Por outro lado, o indicador de violência doméstica e familiar contra a mulher se manteve de certo modo constante mostrando um equilíbrio de patamar, ora um pouco mais baixo, ora um pouco maior até o ano de 2017, contudo em 2019 teve seu ápice.

A seguir serão apresentados os indicadores referente as despesas gerais do Estado de Pernambuco e as destinadas a Secretária de Defesa Social (SDS) no período de 2012 a 2021.

A hipótese subjacente aqui levantada é de verificar a importância real atribuída a Segurança Pública frente aos outros itens de despesa do estado de Pernambuco face aos propósitos declarados no Programa: Pacto Pela Vida.

4.2 Relação do orçamento da Segurança Pública com o Orçamento Geral do estado de Pernambuco durante o período de 2012 a 2021.

Figura 10 – Relação entre os orçamentos geral do Estado de Pernambuco e da SDS-PE no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Índice 100 refere-se ao ano base de 2012 que corresponde ao Orçamento geral de R\$ 24,47 bi e ao Orçamento da SDS de R\$ 2,5 bi. Os anos seguintes foram calculados índices proporcionalmente ao Ano Base 100.

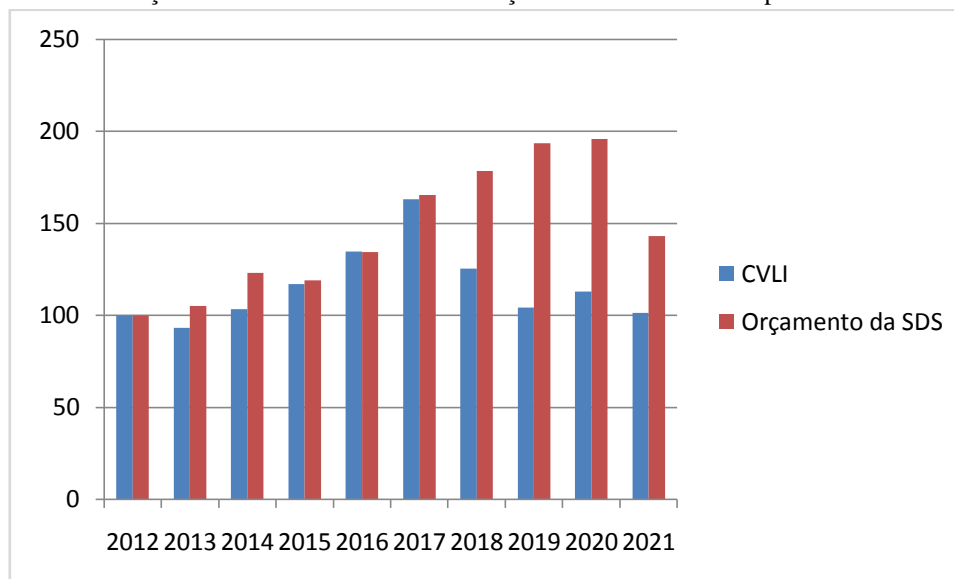
A Figura 10 apresenta a comparação em termos de índices do orçamento geral do Estado de Pernambuco com o orçamento da Secretaria de Defesa Social do estado. Verifica-se que os dois orçamentos apresentaram-se crescentes. E talvez em decorrência do ápice da criminalidade anteriormente apontado, sendo que a partir de 2017 até 2020 é constatado que o orçamento da SDS está crescendo mais proporcionalmente do que o orçamento geral do estado tendo como referência o ano inicial da pesquisa, 2012. O ano de 2019 apresenta a maior disparidade em que o orçamento geral cresceu 51,94% e o orçamento da SDS, 93,61% quase o dobro do valor liquidado em 2012. Em sua pesquisa Freitas *et al.* (2020) constatou que os estados brasileiros que foram mais eficientes em termos de executar políticas públicas voltadas a segurança pública, ou seja, índices de criminalidade reduzidos apresentam maiores receitas públicas em seu orçamento.

Desde o ano de 2016 os objetivos estratégicos do Pacto pela Vida foram complementados. “Ampliar as ações de prevenção e repressão qualificadas da violência e de ressocialização, com foco na redução da criminalidade.” (Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016, p. 7). Segundo Lei de Diretrizes Orçamentárias (2016) esse objetivo está relacionado a redução da criminalidade, aumentar a sensação de segurança, melhorando a infraestrutura dos sistemas de ressocialização e valorização dos profissionais de segurança pública.

A seguir serão apresentados a relação dos índices de criminalidade com as despesas destinadas a Secretaria de Defesa Social no período de 2012 a 2021.

4.3 Comparação entre os Índices de Criminalidade e as despesas realizada na Segurança Pública, ano a ano, no período de 2012 a 2021.

Figura 11 – Relação entre o índice de CVLI e o orçamento da SDS-PE no período de 2012 a 2021



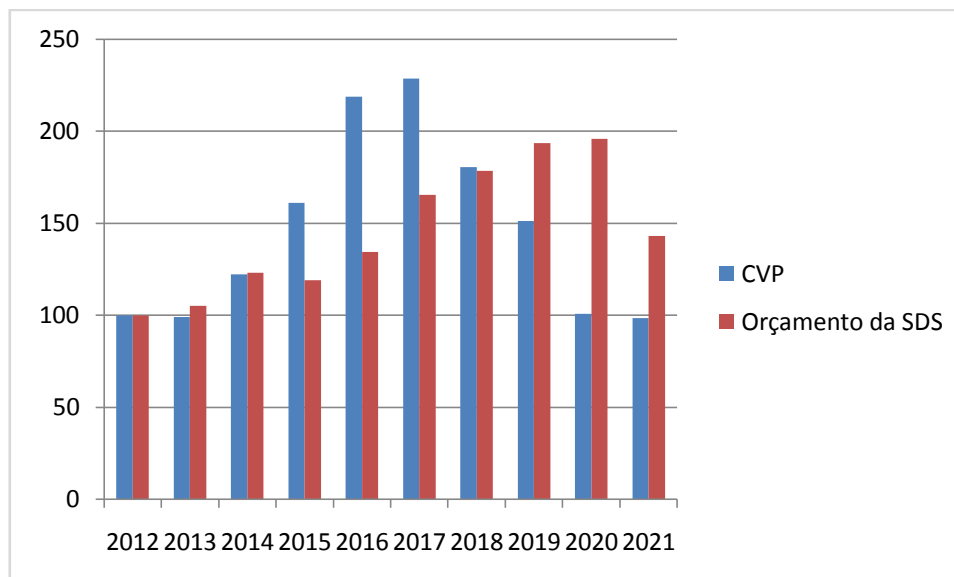
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

OBS: Os valores se referem ao Ano Base de 2012 - Índice 100. Os anos seguintes foram calculados índices proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 11 representa a análise do índice de CVLI em comparação com o orçamento disponibilizado à Secretaria de Defesa Social (SDS) no período de 2012 a 2021. Tendo como base a análise do gráfico por índice, é notável o crescimento do orçamento da SDS ao longo dos anos, excetuando-se 2021 onde constata-se uma queda.

A hipótese é de que um aumento de CVLI tenha contribuído para a elevação do aumento do orçamento da SDS. A outra pressuposição é de que os gastos com segurança pública ao serem elevados tenha surtido efeito, após o ano de 2017. A elevação do orçamento da Secretaria de Defesa Social pode ter contribuído para a elevação da eficiência no combate a criminalidade. Para corroborar essa possibilidade haveria que dispor de maior número de variáveis. O Pacto Pela Vida parece ter demonstrado sua eficiência no combate aos crimes violentos, conforme informado pelo Atlas da Violência (2017). No período de 2007 a 2013 Pernambuco foi um destaque na região Nordeste. A taxa de homicídios, por exemplo, teve uma queda de 36% pelos efeitos das ações exercidas pelo programa Pacto Pela Vida. Além disso, teve um pequeno aumento no ano de 2020 em relação ao ano anterior, mas uma nova redução de CVLI em 2021 sendo que com uma redução do orçamento da SDS.

Figura 12 – Relação entre o índice de CVP e o orçamento da SDS-PE no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

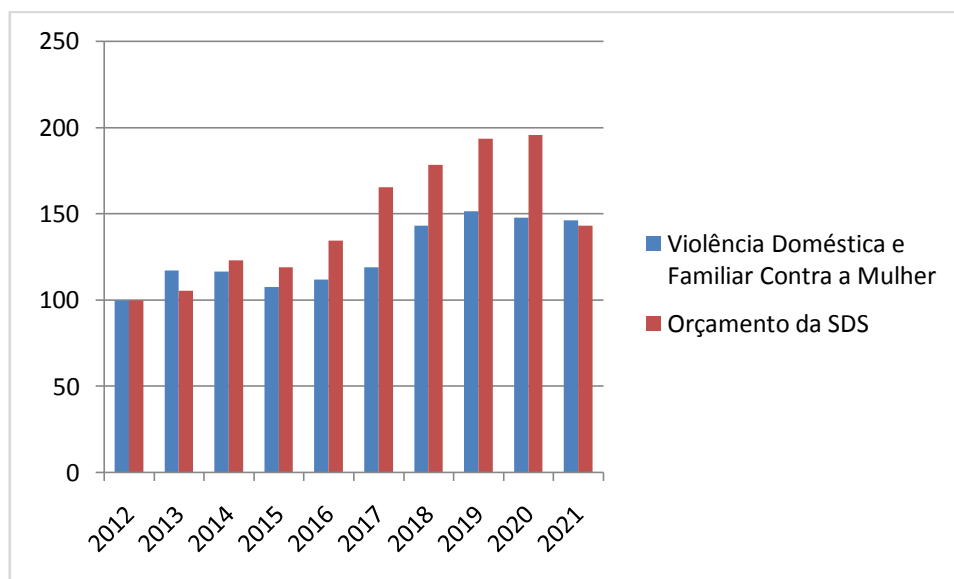
OBS: Os valores se referem ao Ano Base de 2012 - Índice 100. Os anos seguintes foram calculados índices proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 12 apresenta a evolução do indicador CVP em relação ao orçamento da SDS no período de 2012 a 2021. O orçamento da SDS esteve numa crescente em todo o período a exceção ao último ano do período, 2021. Esse crescimento se acentua a partir do ano de 2017. Nota-se que a partir do ano de 2015 o índice de CVP passa a se elevar a níveis mais altos.

No ano de 2016 o orçamento da SDS cresceu 34,49% enquanto os Crimes de Violência contra o Patrimônio (CVP) 118,81% quando analisados a partir do ano de inicial dessa pesquisa, 2012. No ano de 2018 obteve-se uma redução de CVP demonstrando uma possível queda, contudo ainda o índice orçamento da Secretaria de Defesa Social era menor.

Por outro lado, no ano seguinte o orçamento da SDS superou o índice de CVP, o que no ano de 2020 fica notável mostrando a maior diferença dos índices, o de CVP cresceu 0,96% do ano de início da pesquisa enquanto o orçamento da SDS cresceu 95,98%, maior crescimento do período analisado. Por fim, em 2021 o índice de CVP foi o menor do período analisado e com o orçamento disponibilizado para SDS esteve reduzido.

Figura 13 – Relação entre o índice de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o orçamento da SDS-PE no período de 2012 a 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

OBS: Os valores se referem ao Ano Base de 2012 - Índice 100. Os anos seguintes foram calculados índices proporcionalmente ao Ano Base 100.

A Figura 13 representa o indicador de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em comparação com o orçamento da SDS no período de 2012 a 2021. De acordo com período analisado nos primeiros anos até o ano de 2017 tiveram poucas variações da totalidade dos crimes de violência contra a mulher. Por outro lado, o orçamento da SDS continuou crescendo ao longo do tempo e os crimes crescendo no mesmo sentido embora em menor proporção àqueles.

Em 2018, os crimes praticados contra mulher cresceram alcançando um patamar de mais de 40.000 crimes dessa natureza o que a partir desse ano só aumentou tendo seu ápice no ano seguinte, após esse ano de 2018 não se teve redução apesar do orçamento Secretaria de Defesa Social ter aumentado. No ano de 2021 teve uma redução no índice do orçamento da SDS ficando abaixo do índice de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco no período de 2012 a 2021, mais conhecido pelo nome fantasia de: Pacto Pela Vida. Portanto, foi atingido através das análises da criminalidade representada por indicadores adotados pelo Governo e da base do orçamento

destinado ao órgão responsável pelos recursos da segurança pública no estado de Pernambuco, a secretaria de defesa social.

Os resultados apontam que nos primeiros cinco anos do período analisado, os indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e o de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) no início, tiveram um grande crescimento chegando ao seu auge em 2017. Este um ano de grande dificuldade apontado pelo sistema de segurança pública do país, visto que se tratava de problemas que relacionados a diversas variáveis.

Nos outros cinco anos os indicadores foram reduzindo gradativamente mostrando um certo equilíbrio até o ano de 2021 que chega a patamares do período inicial da pesquisa. Ademais, foi realizada uma análise sobre o orçamento da secretaria de defesa social no período, que mostrou o aumento das despesas nos anos de 2017 a 2021 chegando a ter um crescimento maior em termos percentuais, *revelado por índices de base 100*, se comparado ao orçamento geral do estado.

Nesse sentido, a hipótese é que o aumento de CVLI tenha contribuído para crescimento das despesas da SDS. Além disso, a pressuposição é que os gastos com a segurança pública tiveram resultados, visto que após o ano de 2017 os números de mortes violentos foram diminuindo até chegar ao ano de 2021 onde os gastos com SDS foram reduzidos. Ainda assim, tendo redução no número de CVLI.

Contudo, no indicador de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher teve um comportamento diferente mostrando uma tendência de crescimento a partir de 2018, elevando o patamar desses crimes até o ano 2021, limite do período analisado na pesquisa. Em vista disso, é sugerido às futuras pesquisas que sejam analisadas num tempo posterior a esse da presente pesquisa para analisar o comportamento dos indicadores no período pós-pandemia do COVID-19. Assim como, pesquisas qualitativas em profundidade que possam revelar outras variáveis com possíveis fatores de contribuição para a queda da criminalidade.

Na presente pesquisa não foram abordadas análises relacionadas aos âmbitos econômicos, das crises que aconteceram no período e das diferentes abordagens que os diferentes governos possam ter contribuído para os resultados alcançados. Assim, é sugerido que os trabalhos futuros analisem alguns aspectos associados à natureza das limitações desse estudo, visto que irá trazer uma nova perspectiva, bem como uma análise mais aprofundada sobre os temas que estão relacionados.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Processo penal e constituição: princípios constitucionais do processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502224308. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502224308/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública - Provas e Concursos**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559641031. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641031/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de Administração**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027549. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027549/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788565848893. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848893/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L P. **Pesquisa de métodos mistos. (Métodos de pesquisa)**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565848411. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848411/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage handbook of qualitative research**. 5. ed. London: Sage, 2018.

DIAS, Jean C.; SIMÕES, Sandro Alex de S. **Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-309-4981-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4981-5/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa D. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522484478. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

FERRER, Florencia. **Gestao Publica Eficiente**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018. E-book. ISBN 9786555200867. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555200867/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FILOCRE, Lincoln D. **Direito Policial Moderno: Polícia de Segurança Pública no Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2017. E-book. ISBN 9788584933273. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência (2017)**. 2017. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_relatorio_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência (2018)**. 2018. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência (2020)**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FREITAS JÚNIOR, F. L.; ARAÚJO, R. J. R.; SILVA, P. E. N. T. B. Segurança Pública Estadual Brasileira: O que Influencia seu Desempenho?. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56815/seguranca-publica-estadual-brasileira--o-que-influencia-seu-desempenho-/i/pt-br>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021952. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Instituto Publix. **Pacto Pela Vida**. 2014. Disponível em: https://institutopublix.com.br/wp-content/uploads/2019/01/a0286c_7dc942dd0ee14b3e8f912a63b32a63d0.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771677. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771677/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A.; NOHARA, Irene P. **Gestão Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013825/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MENDES, Gilmar F.; SILVA, Raphael Carvalho da; FILHO, João Trindade C. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-

book. ISBN 9788547218515. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218515/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441354. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Portal da Transparência – Governo de Pernambuco. **Despesas (despesas gerais)**. 2023. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/despesas/despesa-geral/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Portal da Transparência – Governo de Pernambuco. **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)**. 2023. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Portal da Transparência – Governo de Pernambuco. **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. 2023. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Portal da Transparência – Governo de Pernambuco. **Planejamento e Orçamento (ações e programas – despesas)**. 2023. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/despesas-programatica/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RAMOS, R. L. C.; GALINDO, A. L. C. Necropolítica e segurança pública em Pernambuco durante a pandemia. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 9, n. 25, p. 569-61, 2022.

SCHULL, A. N.; FEITÓSA, C. G.; HEIN, A. F. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 12, n. 3, p. 91-105, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33113/analise-da-eficiencia-dos-gastos-em->

seguranca-publica-nos-estados-brasileiros-atraves-da-analise-envoltoria-de-dados--dea-i/pt-br. Acesso em: 23 dez. 2022.

SDS – Secretaria de Defesa Social. Estatísticas criminais (2022). **ANUÁRIO DA CRIMINALIDADE**. 2022. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/anuario-da-criminalidade>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. E-book. ISBN 9788522128976. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Seres PE. **Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco**. 2007. Disponível em: https://www.seres.pe.gov.br/index/pacto_pela_vida.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

SPANHOL, Fernando J.; LUNARDI, Giovani M.; SOUZA, Márcio Vieira de. **Tecnologias da Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788580391763. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391763/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

APÊNDICE A – Tabela com o número de indicadores e seus respectivos índices no período de 2012 a 2021.

Tabela 01 - Índices de Criminalidade e Orçamento no Estado de Pernambuco: Dados Comparativos 2012 a 2021.

	2012	Índice	2013	Índice	2014	Índice
1. Criminalidade						
1.1 CVLI	3.321	100	3.101	93,3755	3.436	103,463
Homicídio	3.155	100	2.941	93,2171	3.316	105,103
Latrocínio	84	100	77	91,6667	82	97,619
Lesão corporal seguida de morte	82	100	83	101,22	38	46,3415
1.2 CVP	52.615	100	52.204	99,2189	64.334	122,273
Roubo a transeunte	32.583	100	31.585	96,9371	42.013	128,941
Roubo de veículo	6.983	100	7.118	101,933	7.891	113,003
Roubo em residência	1.318	100	1.321	100,228	1.322	100,303
1.3 Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	28.189	100	33.080	117,351	32.875	116,624
2. Orçamento						
2.1 Geral	R\$ 24.469.913.940,11	100	R\$ 27.132.767.346,56	110,882	R\$ 29.663.840.763,45	121,226
2.2 SDS	R\$ 2.500.387.459,84	100	R\$ 2.635.396.140,52	105,4	R\$ 3.079.521.654,13	123,162

2015	Índice	2016	Índice	2017	Índice	2018	Índice	2019
3.888	117,0732	4.479	134,869	5.426	163,385	4.172	125,625	3.469
3.749	118,8273	4.331	137,274	5.139	162,884	4.024	127,544	3.257
116	138,0952	114	135,714	250	297,619	131	155,952	136
23	28,04878	34	41,4634	37	45,122	17	20,7317	19
84.828	161,224	115.164	218,881	120.424	228,878	95.132	180,808	79.683
52.917	162,4068	73.797	226,489	78.939	242,271	62.242	191,026	52.876
10.433	149,4057	15.885	227,481	19.692	281,999	15.531	222,412	13.227
1.801	136,6464	2.355	178,68	2.593	196,737	2.324	176,328	1.822
30.362	107,7087	31.559	111,955	33.578	119,117	40.397	143,308	42.741
R\$ 28.203.579.244,57	115,2582	R\$ 30.092.027.993,59	122,976	R\$ 33.320.486.444,45	136,169	R\$ 34.759.871.122,13	142,051	R\$ 37.179.997.587,88
R\$ 2.978.140.351,10	119,1072	R\$ 3.362.655.982,31	134,485	R\$ 4.142.651.986,71	165,68	R\$ 4.467.423.354,70	178,669	R\$ 4.841.095.923,60

2020	Índice	2021	Índice
3.757	113,13	3.369	101,45
3.545	112,36	3.143	99,62
124	147,62	122	145,24
14	17,073	18	21,951
53.125	100,97	51.913	98,666
34.587	106,15	33.565	103,01
9.499	136,03	9.631	137,92
1.255	95,22	1.385	105,08
41.679	147,86	41.213	146,2
R\$ 38.574.999.428,84	157,64	R\$ 42.247.542.903,86	172,65
R\$ 4.900.324.330,73	195,98	R\$ 3.580.524.415,88	143,2

Fonte: Elaborado pelo autor